

política

Acordo adia início da votação do Plano Diretor

Sessão começou agitada com presença de representante do MP



FERNANDO ANTUNES/CMPA/DIVULGAÇÃO JC

Parlamentares de oposição e da base governista se revezaram no microfone em dia de debates acalorados

/ PLANO DIRETOR

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com

Após uma tarde inteira de negociações - que iniciaram ainda na semana passada e devem seguir pelos próximos dias - a base do governo Sebastião Melo (MDB) e a oposição na Câmara chegaram a um primeiro acordo sobre a votação do Plano Diretor, que teria início ontem, mas entrará na ordem do dia pra valer na quarta-feira da semana que vem. À frente das articulações estão a vereadora Juliana de Souza, líder da bancada do PT, e o mandato de Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) pela oposição. Do outro lado, os principais envolvidos são o líder do governo no Legislativo, Idenir Cecchim (MDB) e o titular da Secretaria Geral de Governo, André Coronel.

A principal demanda da oposição é pelo apoio e aprovação de emendas aos dois projetos de lei relacionados ao Plano Diretor - cerca de 200, mas a lista com os pedidos ainda não foi apresentada. Na sessão desta quarta-feira, já no fim da tarde, Juliana e Giovani sinalizaram no microfone de apertes do plenário pela retirada do destaque de 160 artigos dos

dois projetos, como um gesto de que querem seguir negociando. Cecchim respondeu que o governo se dá por satisfeito e pediu que o início da apreciação fosse adiado em uma semana.

Quando um projeto de lei é debatido no plenário, vereadores podem pedir que algum artigo seja apreciado individualmente, tratando do mérito deste, além do texto do projeto em si. É disso que a oposição abriu mão. "Seriam mais de mil horas de discussão", calcula Cecchim, que celebrou o resultado das conversas com a oposição até o momento. "Mas vamos fazer mais acordos para que se reduza ainda mais as emendas, o tempo de discussão das emendas", completou em conversa com a reportagem do JC.

A definição sobre o rumo dos debates depende da devolutiva do governo. O pedido é que a base dê acordo para aprovar cerca de 200 emendas consideradas prioritárias aos parlamentares do PT, do PCdoB e do PSOL. Caso consigam essa garantia, os vereadores da oposição poderão retirar os pedidos de votação em destaque das demais emendas - mais de 300, já que ao todo somam 522 entre os dois projetos. Se o retorno não atender o esperado, os destaques

serão mantidos. "Estamos preparados para discutir o tempo que precisar", declarou Juliana. O objetivo, sustenta ela, é "incidir no texto da lei", o que se daria por meio da aprovação das emendas.

Embora não tenha entrado na ordem do dia, o Plano Diretor pautou boa parte da sessão de ontem, que iniciou com a participação do promotor de Justiça Cláudio Ari Mello, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do Ministério Público (Caourb) do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS). Em manifestação na tribuna, ele alegou que "os dois projetos possuem tantas incompatibilidades com a legislação federal, que a judicialização será inevitável".

O ponto sustentado por Cláudio Ari é que os textos propostos pelo Executivo não dialogam com o Estatuto da Cidade. "Esperávamos, após os desastres (de 2024), cuidado extremo e mapeamento de áreas com riscos de desastres", exemplificou. A fala inflamou vereadores da base, que disseram terem entendido a fala como uma ameaça institucional. Ari respondeu se tratar não de análise do mérito das propostas e sim "preocupação jurídica".

Comitê aprova estruturação de órgão que coordenará reforma tributária

/ TRIBUTOS

Marcus Meneghetti

marcusv@jcrs.com.br

Na primeira reunião do conselho superior do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGBIS) em Brasília nesta terça-feira, os representantes dos estados e municípios aprovaram a proposta de estruturação do colegiado que vai coordenar as regras de transição da Reforma Tributária.

Os 54 membros titulares do conselho aprovaram a abertura da conta bancária e do CNPJ da entidade; a aquisição do Sistema de Gestão Financeira (Sisgef); e a autorização para a operação de crédito no valor de R\$ 150 milhões com a União.

A criação do CGBIS está prevista no texto final da Reforma Tributária aprovada no final de 2025 no Congresso Nacional. O maior desafio do colegiado é definir como vai acontecer a unificação dos impostos federais, estaduais e municipais.

Conforme a reforma, os impostos federais - PIS, Cofins e IPI - serão unificados na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Os impostos estadual e municipal - ICMS e ISS, respectivamente - serão reunidos no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A União seria responsável pela cobrança do CBS e IBS

e redistribuiria os recursos para os estados e municípios.

O CGBIS deve garantir que os estados e municípios não percam receita ao longo da transição para as novas regras. As empresas já informam o CBS e IBS em seus balanços, mas a cobrança do CBS só começa em 2027. E a do IBS, em 2029. A extinção total do ICMS e do ISS está prevista para 2033.

O presidente do CGBIS, o secretário da Fazenda de Mato Grosso do Sul Flávio César, acredita que a reforma tributária "marca, na prática, o início de uma nova etapa do federalismo brasileiro. "Hoje, mais do que reunir representantes indicados, reunimos a Federação. Reunimos diferentes realidades, diferentes experiências e diferentes perspectivas. Unidos por um mesmo propósito: construir, de forma cooperativa, a governança do novo sistema tributário do consumo", disse Flávio César.

Os membros do colegiado também aprovaram a criação de seis comissões técnicas: a de Trabalho Administrativo, a de Trabalho Jurídico; a de Trabalho do Regimento Interno; a de Trabalho do Regulamento do IBS; a de Trabalho Operacional; e a Comissão de Trabalho do Tesouro. Na próxima reunião do CGBIS, marcada para 10 de março, o colegiado deve eleger a nova gestão do conselho superior.



MENU POA
NEGÓCIOS | SOCIEDADE | CULTURA



associação
comercial
porto alegre

Convidado



Sebastião Melo
Prefeito de Porto Alegre

Tema

Prioridades e projetos do Poder Executivo de Porto Alegre para 2026



Participação **Betina Worm**
Vice-Prefeita de Porto Alegre



Mediadora Presidente
Suzana Vellinho Englert

09 de março (segunda-feira) • 12h às 14h

Local: Associação Comercial de Porto Alegre - ACPA
Salão Nobre - Largo Visconde do Cairú, 17, Centro Histórico.
ESTACIONAMENTO NO PRÓPRIO PRÉDIO.
Lyon Park - Av. Mauá, 1413
Ingressos no Sympla.

Patrocinadores

Atenuar | banrisul | LYON PARK

Sicredi | Vertisul

Apoiadores

GUARIBA | HERON | JORNAL DO COMÉRCIO | DUFRIO | eletromidia | rede pampa